

# ABOLIÇÃO INCONCLUSA: ASPECTOS DA PERSEGUIÇÃO ÀS RELIGIÕES AFRO- DESCENDENTES NO RECIFE DOS ANOS 1920

Sylvia Costa Couceiro\*

## *Introdução*

Estamos em Recife 13 de maio de 1888.<sup>1</sup> Os telegramas anunciando a aprovação pelo Senado do projeto que instituiu a abolição da escravidão no país acabavam de chegar nas redações dos principais jornais. A cidade agita-se enquanto a notícia corre de boca em boca. No Prado da Madalena, onde assistia às corridas da tarde, o líder abolicionista José Mariano recebe a notícia e discursa emocionado para a platéia de torcedores e apostadores presentes, saudando o Conselheiro João Alfredo, a Princesa Regente, e todo o Ministério. Acompanhados pela banda de música que animava as corridas de cavalo naquela tarde, José Mariano segue com os presentes em passeata até o centro da cidade. Saudados no trajeto por vivas, aplausos e foguetes, o cortejo chega à rua do Imperador ao anoitecer, reunindo-se à

multidão que já se aglomerava no local. Segundo cálculos dos jornais, a multidão chegava a 6 mil pessoas. Políticos e intelectuais, discursavam das sacadas das redações dos jornais, enfeitadas por estandartes das várias associações abolicionistas. Por proposta de José Mariano, precedida de duas bandas de música, a multidão seguiu em direção ao Palácio da Presidência, no sentido de saudar o Presidente da Província. Os discursos sucedem-se. Oradores diversos exaltavam a luta dos abolicionistas Joaquim Nabuco, do senador Dantas, de José Mariano e outros.

Contudo, foi no dia 15 de maio que, segundo o *Diário de Pernambuco*, realizou-se uma das maiores manifestações em comemoração à libertação dos escravos. Abria a passeata um carro alegórico puxa-

\* Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco

do por 4 cavalos, onde uma moça representava adeusa liberdade. Aos seus pés, estavam quatro ex-escravos. Uma jangada em homenagem aos cearenses, precursores da abolição, era carregada por libertos. Uma ala com mais de 300 cavalheiros, segundo o jornal *"dos mais grados da nossa sociedade"*, liderados por José Mariano, todos vestidos de branco, carregavam chapéus com fitas onde se lia a palavra abolição. Representações das várias associações abolicionistas, como Clube do Cupim, o Ave Libertas, a Comissão Geral Emancipadora e outras, levavam suas bandeiras. Discursos, poesias, fogos de artifício, vivas e 5 bandas de música animavam o cortejo que foi seguido por cerca de 20 mil pessoas, de acordo com estimativas da época.

Segundo os principais jornais, pelos próximos dez dias a cidade viveria em clima de euforia e júbilo. A instituição da escravidão, que envergonhava e manchava a reputação do país, que o retirava do rol das nações civilizadas finalmente havia sido extinta. As comemorações sucediam-se, e, segundo o *Diário de Pernambuco*: *"as demonstrações de regozijo da população continuaram com a mesma intensidade"*. Sinos repicavam festivamente; foguetes estouravam por toda parte; cortejos das mais diversas categorias profissionais, entidades, e associações desfilavam pelas ruas; repartições públicas, comércio e escolas fecharam. Alguns prédios iluminaram suas fachadas a luz elétrica, como a joalheria Krause na rua 1ª de Março, a fábrica Bougard na rua da Imperatriz e o mercado de São José. Fortalezas, consulados e navios se embandeiraram; bailes e festas requintadas realizavam-se em residências, associações como o Instituto Histórico, e teatros, como o Santa Isabel.

Os jornais abolicionistas do Recife publicavam edições extras, comemorativas da data, com artigos exaltando a luta empreendida pelos principais líderes abolicionistas, louvando os nomes de

Nabuco, Patrocínio, Rebouças, políticos locais e da Princesa Isabel.

Nesse momento, você leitor pode estar se perguntando: o que tem a ver a análise das festas da abolição no Recife com o título desse artigo?

Recentemente, historiadores identificados com alguns princípios lançados pela Nova História, como Carlo Ginzburg, Natalie Davis, Peter Burke, Roger Chartier e outros, têm empreendido esforços no sentido abrir novos horizontes temáticos, incentivando o desenvolvimento de estudos na área da história social da cultura.

Produção acadêmica crescente, sucesso no mercado editorial, debates acalorados entre renomados historiadores, enfim, o que alguns estão convencendo chamar de *Nova História Cultural* ou, como preferem outros, *História Antropológica*, *História Sócio-Cultural*, *Antropologia Histórica* ou ainda *Etno-História*, tem constituindo cada vez mais um campo de interesse dos historiadores nos últimos anos. Diferente da antiga História da Cultura, que destacava os estudos ligados às belas artes, à literatura, ou mesmo à música, priorizando as expressões culturais ligadas às elites ou à cultura oficial, a preocupação central da Nova História Cultural é a descoberta dessa grande desconhecida que é a cultura popular.<sup>2</sup>

Nesse movimento, temas como o corpo, a leitura, o medo, a festa e outros, passaram a ser reconhecidos como importantes e fundamentais para a compreensão de determinados aspectos da realidade social, em função, sobretudo, das ligações sutis e intensas que mantêm com as questões relativas à produção, às relações sociais e à política. Mona Ozouf, no seu artigo "A Festa", observa a importância do estudo das festas para a história: *"A história, por um lado, desde há muito tempo tem se preocupado conscientemente mais com os trabalhos e os esforços dos homens do que com os seus divertimentos ou, como se queira, com as suas diversões. Se as fes-*

Abolição Inclusa:  
aspectos da perseguição  
às religiões afro-  
descendentes no Recife  
dos 1920

Sylvia Costa Couceiro

*tas tornam-se (...) objeto da história, deve-se isso à dupla instigação do folclore e da etnologia. Por freqüentar um e outro campo, o historiador aprendeu a levar em consideração a armadura que a ritualização dá à existência humana, mesmo que seja uma ritualização desprovida de regulamentação explícita ou de coesão coerente. Acrescenta-se que, com a psicanálise, a história aprendeu (...) o interesse que pode ter a colheita do aparentemente insignificante.*<sup>78</sup>

Com base nessas novas tendências historiográficas, resolvemos, a partir da análise das festas da Abolição, tentar compreender um pouco mais a respeito da construção das representações que levaram a um processo de exclusão e perseguição dos afro-descendentes e suas práticas culturais dos anos pós-abolição chegando até os nossos dias. No livro *Ano 1000 Ano 2000 na Pista dos Nossos Medos*, Georges Duby enfatiza o papel do historiador nos tempos atuais, levantando a seguinte questão: *“Para que escrever a história, se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança em seu futuro e a abordar com mais recursos as dificuldades que eles encontram cotidianamente? O historiador, por conseguinte, tem o dever de não se fechar no passado e de refletir assiduamente sobre os problemas do seu tempo. As pessoas que viviam [no passado] não eram nem mais nem menos inquietas do que nós. Em que esses homens e mulheres acreditavam, seus sentimentos, como eles viam o mundo? A História, da maneira como é escrita hoje, esforça-se para descobri-lo, para penetrar no espírito de uma sociedade. (...) Discernir as diferenças, mas também as semelhanças entre o que a amedrontava e o que tememos pode permitir-nos, (...) afrontar com mais lucidez os perigos de hoje.”*<sup>79</sup>

Inspirados na reflexão de Duby sobre o papel do historiador hoje, nos debruçamos sobre as descrições das festas da Abolição no Recife em busca de indícios que possam ajudar na compreensão dos processos vivenciados pelas pessoas nesse

período. Na análise das fontes, uma questão central nos chamou a atenção: onde estavam os ex-escravos durante esses dias de intensa movimentação e festas pelas ruas da cidade? Se observarmos com cuidado, eles aparecem apenas em dois momentos nas longas narrativas do jornal sobre as comemorações ocorridas no dia 15 de maio – aos pés da moça que representava a deusa liberdade e carregando a jangada em homenagem aos jangadeiros cearenses.

As descrições dos periódicos, colocando-os apenas como coadjuvantes, figuras decorativas nas festividades que aconteciam nas ruas da cidade, revelam muito sobre como eram representados na época os recém libertos e o que os esperava após a abolição. Enquanto a festa e os jornais enalteciam as ações das sociedades antiescravistas, dos políticos, intelectuais e líderes do movimento, enfim das elites e camadas médias que se articularam em torno da causa abolicionista, quase nada era dito sobre a emoção dos ex-cativos, suas expectativas, comemorações e a história da luta em torno da libertação. Portanto, os únicos ausentes desta festa eram os ex-escravos, exatamente aqueles cuja libertação era celebrada. Apesar de sabermos, por outras fontes, das comemorações realizadas pelos ex-cativos em outros espaços, como locais dos cultos afro-descendentes, e outros territórios de sociabilidade, na festa oficial, realizada nos espaços centrais da cidade, os libertos tomaram-se, invisíveis.

Apenas duas pequenas notas, perdidas nas extensas matérias sobre as festas, e um desenho do jornal *A Lanterna Mágica*, registravam a participação dos ex-escravos nas celebrações do Recife. Dizia o *Diário de Pernambuco*:

*“Ontem andou pelas principais ruas da cidade uma significativa e tocante passeata. Era composta pelos africanos livres, a que se incorporaram os que, em virtude da Áurea lei (...), acabam de recobrar tão*

Abolição Inclusa: aspectos da perseguição às religiões afro-descendentes no Recife dos 1920

Sylvia Costa Couceiro

gloriosamente a liberdade. Precediam-na os seus músicos a tocar os instrumentos festivos de que usam e iam os manifestantes soltando muitos vivas, fazendo estrugir os ares com foguetes repetidos que soltavam. Justíssima e edificante demonstração de regozijo que a todos comovia.<sup>5</sup>

Já o jornal A Província de 19 de maio assim descrevia a passeata:

“Percorreu a cidade um grande bando de africanos libertos, erguendo entusiásticas saudações à Áurea lei de redenção dos cativos (...). Compunha-se o bando de homens e mulheres, alguns dos quais tocando tambores e diferentes instrumentos, enquanto outros dançavam em torno do pavilhão brasileiro sustentado por um deles”.<sup>6</sup>

Analisando as notas percebemos que a primeira está permeada de um sentimento de pena e compaixão para com os escravos – a notícia refere-se a “uma tocante passeata que a todos comovia”. Nota-se também que o jornalista tenta justificar a presença dos libertos em meio às festas oficiais, colocando a manifestação como uma “justíssima e edificante demonstração de regozijo”.

Já a nota do jornal A Província deixa escapar um certo receio quanto à manifestação. A “comovente” passeata descrita pelo Diário de Pernambuco, transformava-se em um “grande bando de africanos libertos”. Vale salientar que os dicionários da época colocam como sinônimo da palavra “bando” (além dos tradicionais – agrupamento, facção, partido), também alguns outros de significado pejorativo, como turba, cambada, tropa mal disciplinada, e outros do gênero.

Para Emília Viotti da Costa, “as celebrações do 13 de maio fizeram com que as cenas de violência que precederam a abolição fossem esquecidas (...). À 13 de maio, a Abolição aparecia como uma vitória dos

aboliconistas, uma dádiva da Princesa Isabel, um ato generoso do Parlamento, uma conquista do povo, mas, acima de tudo, como um preito de homenagem prestado à civilização do século. As contradições que tinham empurrado o processo ocultavam-se por trás de uma conclusão bem sucedida”.<sup>7</sup>

Com as festas da abolição apagavam-se os conflitos ocorridos ao longo da campanha pela libertação, as perseguições aos abolicionistas, a ira e reação dos proprietários de escravos, e, sobretudo os episódios das fugas em massa, dos quilombos, das revoltas, dos assassinatos de feitores e senhores, dos suicídios e abortos praticados pelas cativas, e toda um infinidade de estratégias cotidianas de luta empregadas pelos escravos no sentido de transformar a sua condição.

Assim, a Monarquia aboliu a escravidão, mas não a herança que mais de 300 anos de cativo nos legou. Como enfatizou Joaquim Nabuco em O Abolicionismo, “acabar com a escravidão não basta; é preciso destruir a obra da escravidão”. A igualdade jurídica que agora estava na lei, não resolvia a exclusão social, nem eliminava os preconceitos criados ao longo desses mais de três séculos. As poucas tentativas de minorar as desigualdades sociais passavam por iniciativas pontuais, isoladas, geralmente levadas a efeito por particulares, como a escola gratuita para libertos aberta na rua Velha, Bairro da Boa Vista, pelo professor Júlio Soares, anunciada no Diário de Pernambuco do dia 23 de maio de 1888, e algumas outras ações do gênero.

Com o advento da República, essa situação não se alterou. As elites, que entraram em cena, empenhadas em promover a modernização do país, respaldadas nas teorias científicas estrangeiras, calcadas no darwinismo social, na eugenia, e outras correntes que condenavam o cruzamento racial, preocupavam-se em justificar as ambigüidades dessas teses diante de um país que era visto por muitos viajantes como

Abolição Inclusa: aspectos da perseguição às religiões afro-descendentes no Recife dos 1920

Sylvia Costa Couceiro

“uma sociedade de raças cruzadas”. Em um esforço de adaptação desses modelos estrangeiros, a intelectualidade brasileira tentava a todo custo construir uma argumentação original no sentido de buscar uma saída para a situação racial do Brasil. Nesse processo de reelaboração, a mestiçagem transforma-se, então, em benéfica, uma vez que propiciaria o branqueamento do país. Lília Schwarcz, cita que nos anos 1920, o antropólogo Roquete Pinto, presidente do I Congresso de Eugenia Brasileiro, previa um Brasil cada vez mais branco. Para ele, em 2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos, e 20% de mestiços. Nenhum negro e nenhum índio.

Foi também nesse período, em princípios do século XX, que o projeto de modernização das cidades brasileiras, acompanhado dos ideais de civilização, higiene, ordem e moralidade públicas, intensificaram todo um processo de perseguição e exclusão dos afro-descendentes e suas práticas culturais. Vistos como incompatíveis com a imagem que as elites desejavam para o Brasil, calcada nos padrões de civilização europeus, encaradas como ameaça à ordem e saúde públicas, práticas como danças, cantorias, e, sobretudo os rituais e cultos religiosos dos grupos afro-descendentes foram associados à feitiçaria, imoralidade, ignorância e barbárie, representações que se ligavam ao imaginário de um país atrasado que a todo custo se desejava esconder.

Vistos com um misto de temor e aversão, os cultos afro-brasileiros e seus praticantes foram um dos maiores alvos da perseguição e da violência policial no Recife dos anos 1920. Praticados em casas localizadas nos bairros mais afastados do centro, como Encruzilhada, Afogados, Dois Irmãos, Beberibe, Água Fria, Arruda e outros, onde se concentravam as habitações dos grupos afro-descendentes, esses cultos eram mencionados pela imprensa durante toda a década como “Catimbau” ou “Catimbó.”

Nesses territórios, pais e mães-de-santo tornavam-se conhecidos e respeitados. Pai Adão, em Beberibe, um dos mais conhecidos pais-de-santo da cidade, Mãe Zezefinha no Arruda, Pai Anselmo em Água Fria, Pai Apolinário na Encruzilhada, Mãe Maria em Campo Grande, foram citados por Gonçalves Fernandes, que escreveu na década de trinta o livro intitulado “Xangôs do Nordeste”, como os mais conhecidos babalorixás do Recife na época.<sup>8</sup>

Gonçalves Fernandes destacava que os praticantes desses ritos eram, na sua maioria, indivíduos que ocupavam o que chamava de “profissões humildes”, como lavadeiras, cozinheiras, operários, pedreiros, pintores. Contudo, pessoas de posses, pertencentes aos grupos de elite da cidade, freqüentemente procuravam os pais e mães-de-santo na busca da cura de enfermidades, solução de rixas políticas, questões profissionais e financeiras, e na tentativa de resolver problemas amorosos. Nos arrabaldes afastados, os cultos eram realizados, contando muitas vezes com a presença não apenas dos praticantes descendentes dos escravos, mas também desses senhores e senhoras abastadas, representantes de famílias tradicionais, conforme podemos constatar no artigo da revista *A Pihéria*, periódico que circulava semanalmente na cidade:

“Em Campo Grande, (...) o mestre Carlos cura espinhela caída, olhado e atraso de negócio. No Poço, João Lampista (...) retira espíritos, doutrina-os, enviando-os para a eternidade. Em Boa Viagem, Chico dos Prazeres, desmancha casamentos, amigações, resolvé negócios e tricas políticas e policiais. Pensarão os leitores, naturalmente, que é o povo ignorante, sem significação social e política, o freqüentador dessas reuniões?!... Não. Gente muito boa, fina, que usa camisas de sedas e paletós cuidados, vestidos de

Abolição Inclusa:  
aspectos da perseguição  
às religiões afro-  
descendentes no Recife  
dos 1920

Sylvia Costa Couceiro

Paris e chapéus caríssimos. Deputados, autoridades, advogados, médicos, comerciantes (...)”<sup>9</sup>

A busca dos habitantes da cidade por essas religiões, inclusive por parte daqueles pertencentes às elites, demonstra que os referenciais culturais dessa população estavam ligados a práticas diversificadas, composta de elementos e símbolos múltiplos que persistiam no seu imaginário. A visão simplista que enxergava a cidade de forma segmentada, dividida em dois blocos distintos – elites e camadas populares –, com valores culturais que não se comunicavam entre si, foi decerto uma tentativa montada pela própria elite da época, ansiosa por se diferenciar, ao menos aparentemente, das expressões culturais que considerava como “atrasadas” e inconcebíveis para aqueles que representavam o Recife enquanto uma cidade moderna e progressista. Bem mais complexas, as relações entre esses grupos pressupunham a existência de brechas e possibilidades de contato, de troca de experiências do tipo que o historiador italiano Carlo Ginzburg denominou de “circularidade cultural.”<sup>10</sup>

Intensamente marcada pela presença negra, com hábitos, costumes e estilo de vida fruto da troca e interação entre a cultura de origem européia e a africana, as elites da cidade tinham um desafio a enfrentar: longe dos padrões ‘civilizados’, nas ruas, diante dos olhos, o espetáculo que se via diariamente era o da diversidade e da heterogeneidade. Inúmeras estratégias foram usadas para enfrentar essas diferenças. Violência, repressão policial, perseguição começaram, nas décadas iniciais do século, a mesclar-se com certas concessões e negociações, conforme veremos mais adiante.

De acordo com Gonçalves Fernandes, entre os pais-de-santo observava-se o exercício da “*feitçaria-médica*”, que seria o “*curandeirismo de origem mágico-fetichista*”. Segundo a imprensa da época,

as sessões de “catimbau” atraíam a presença de doentes, pessoas com problemas financeiros, amorosos enfim, “*muitos cren-tes que iam à procura de um alívio para o mal que os afligia*.”<sup>11</sup> Gonçalves narra o caso de um rico português que, gravemente doente, depois de buscar sem sucesso a cura para sua enfermidade nos melhores consultórios médicos da cidade, procurou a casa do pai-de-santo Adão, considerado pelo autor o mais respeitado babalorixá do Recife na época:

“Um português, grande comerciante de calçados na cidade, o sr. J. A. F., desesperançado de obter a cura para sua doença, se deixou levar por um negro seu conhecido à presença de Adão. Não consegui saber a que práticas ele se submeteu, mas sei que abandonou o tratamento após a primeira visita ao terreiro.”<sup>12</sup>

Nessa fase, uma verdadeira luta travou-se na cidade entre a medicina oficial, que se institucionalizava, e o saber proveniente da experiência dos “curandeiros” populares, pais-de-santo e praticantes de cultos afros, que incomodavam os médicos do Recife com a concorrência que estabeleciam à sua atividade profissional. Como enfatizou Gilberto Freyre, foi um verdadeiro choque de culturas: “*Médicos de formação européia e servidos por instrumentos e máquinas européias de tratar doentes ou de observar doenças em suas relações com os climas frios (...), tiveram que travar áspera batalha com curandeiros africanos ou da terra, íntimos conhecedores de ervas ou plantas tropicais e protegidos, às vezes, por senhores prestigiosos de casa-grandes e de sobrados*.”<sup>13</sup>

Os territórios das chamadas casas de “catimbau” eram espaços de encontro e sociabilidade, onde se praticavam os costumes e tradições dos diversos grupos afro-descendentes. Lá os adeptos conheciam a história dos antepassados – língua, cânticos, danças –, aprendiam a respeito

Abolição Inclusa:  
aspectos da perseguição  
às religiões afro-  
descendentes no Recife  
dos 1920

Sylvia Costa Couceiro

do uso de ervas e porções e praticavam rituais sagrados. Contudo, para as autoridades policiais e outros órgãos de controle da ordem e da moral na cidade, as casas de culto representavam outra coisa. Acusados de praticar feitiçaria, bruxaria, culto ao diabo, em meio a rituais misteriosos permeados de sensualidade, os cultos afro-brasileiros foram proibidos no Recife: os locais das cerimônias religiosas eram invadidos pela polícia, os fiéis presos e os objetos sagrados de culto apreendidos e levados às delegacias. De acordo com Gonçalves Fernandes *“os xangôs do Recife eram apontados como centros de bruxaria. Dessas casas modestas de taipa dos negros, a imaginação dos moradores mais próximos fazia sede de práticas demoníacas.”*<sup>14</sup>

Perseguidos durante toda a década de vinte, esses cultos estavam constantemente nas colunas policiais dos jornais. As reportagens expressavam a intolerância e o preconceito que cercavam as religiões de origem africana. Os líderes dos cultos eram chamados de *“embusteiros que exercem a torpe profissão do catimbau”*, *“exploradores”*, *“lidadores com o espírito das trevas”*, *“chefes da mungiganga”*, num tom depreciativo. Os adeptos eram *“incautos e ignorantes que acreditavam nas babo-seiras.”* Os locais de culto eram *“espeluncas”*, *“antros que só trazem malefícios.”* As práticas religiosas eram *“superstições”*, *“tolices”*, *“sessões de esconjuro.”* Os utensílios dos ritos eram *“apetrechos de guerra”*, *“bugingangas.”*<sup>15</sup>

O medo dos poderes misteriosos dos chefes dos cultos, o temor dos ritos que consideravam exóticos, o uso de objetos e a realização de práticas estranhas – como, por exemplo, o sacrifício de animais –, as danças tidas como libidinosas, aumentavam a desconfiança da população, criando um imaginário em torno das casas de *“catimbau”* que as vinculava à idéia de lugares malditos, onde, segundo o *Diário da Tarde*, *“os macumbeiros professam a sua*

*misteriosa e sinistra liturgia. Separam casais, perseguem inimigos, desmancham casamentos, praticam enfim toda uma série interminável de coisas espantosas, apavorantes.”*<sup>16</sup>

As notícias veiculadas nas colunas policiais atacavam com palavras fortes os participantes dos cultos, ironizavam as possíveis curas, ridicularizavam os rituais que tentavam invocar o espírito de *“Mestre Carlos”*, que curava os doentes, tirava mau olhado e resolvia questões do coração e problemas nos negócios:

*“O Recife está cheio de indivíduos que, sem a menor noção das cousas, se deixam levar por superstição, acreditando em espíritos maus, bruxarias e outras tolices que são postas em prática pelos exploradores. Em alguns pontos da cidade existem casas em que funcionam todas as noites sessões de Catimbau, onde ‘Mestre Carlos’ é invocado por meia dúzia de ignorantes.”*<sup>17</sup>

Numa batida policial realizada numa casa de culto no Arruda pelo Major Francisco Velloso, o mesmo jornal noticiou a prisão de três homens e três mulheres que exerciam a *“torpe profissão do catimbau.”* Podemos perceber que a nota desqualificava e ridicularizava os cultos de origem afro, fazendo questão de descrever minuciosamente a apreensão de objetos de culto que aos seus olhos apareciam como *“estranhos e bizarros”*, e de divulgar a atitude do Major, que obrigou um dos crentes presos a carregarem sobre a cabeça pelas ruas o fruto da apreensão:

*“Dada a busca no antro, a referida autoridade apreendeu: um esqueleto de macaco, uma caveira de burro, um bode preto entalhado, um sapo, uma garrafa com álcool, uma dita com óleo, um signo de Salomão, diversas folhas de pinhão roxo e uma bacia e uma tigela com essências. O chefe da ‘mungiganga’ (...), ‘Faustino Faz o Bem’ como paga pelo muito que há feito, teve o trabalhinho de conduzir à cabeça, o que acima descrevemos.”*<sup>18</sup>

As prisões eram feitas geralmente por denúncias de vizinhos das casas onde se realizavam os rituais. As reclamações mais constantes eram dos toques dos tambores que entravam pela noite perturbando o sono das pessoas e do que classificavam como "algazarra constante". Já no início dos anos trinta, o *Jornal da Tarde* publicava uma reclamação dos moradores de Dois Irmãos que se diziam prejudicados pelo funcionamento de um "centro" que perturbava a vida pacata daquele arrabalde:

"Aquilo intrigava os vizinhos. Nunca se haviam visto espíritos mais barulhentos do que aqueles. Barulhentos e estranhos: berravam de maneira infernal durante horas seguidas, cantavam embolada e 'côcos' que nada tinham, na verdade, de espirituais e sambavam a noite inteira num sapateado ensurdecedor."<sup>19</sup>

A perseguição intensa da polícia não impedia que os adeptos desses cultos continuassem a realizar seus encontros e "toques". Para escapar à repressão e perseguição policial, pais e mães-de-santo encontraram muitas formas de dissimular suas práticas, driblando a ação policial. A mais comum delas era camuflar as atividades das casas de culto sob o nome de "centro espírita" ou "maracatu". Nos anos vinte, as sociedades espíritas podiam funcionar "livremente", desde que conseguissem uma autorização policial. O mesmo ocorria com os maracatus que, transferidos pelas autoridades policiais para o período carnavalesco, apresentavam-se nos dias de Momo pelas ruas da cidade. Confundir-se com essas manifestações e conseguir autorização policial de funcionamento foi uma das táticas usadas na época pelos fiéis e chefes dos cultos. Gonçalves Fernandes observa que na fase de maior pressão policial, "*maracatu e centro espírita aparecem de tal maneira que fez desconfiar*".

"Alarmados ante a vigilância da polícia de costumes, os catimbozeiros retraíram-se,

passando a organizar com mais cautela as sedes de suas reuniões e a disfarçar convenientemente, quase sempre sob o rótulo de sociedades espíritas os verdadeiros fins que têm em vista."<sup>20</sup>

Nessa fase, foram inúmeros os pedidos de funcionamento feitos ao Chefe de Polícia no sentido de obter licença para "centros espíritas", como o "Fé, Esperança e Caridade", na Encruzilhada, o "Caridade e Amor em Jesus Cristo", em Dois Irmãos e o "Salvador, Amor e Caridade", em Beberibe. As petições eram encaminhadas à Repartição Central de Polícia, sessão de "Teatro e Diversões Públicas", responsável por todo trâmite burocrático e pela expedição da licença final. Dessa forma, usando de pequenos golpes e artifícios, os adeptos dos cultos afros conseguiam driblar a repressão e violência da polícia, continuando suas práticas religiosas e mantendo suas tradições. Essas astúcias e táticas inventivas comporiam, o que o filósofo e historiador Michel de Certeau chamou de rede de uma antidisciplina. São "maneiras de fazer" que, majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de "resistências" ou de inércias. Essas artes de fazer diferentes fundam microliberdades que questionam a ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, criando um movimento que o autor denomina de "*inversão e subversão pelos mais fracos*".<sup>21</sup> Seriam, portanto, "artes de fazer", "*sistema de valores subjacentes que estruturam as tomadas de postura fundamentais da vida cotidiana, que passam despercebidas à consciência dos sujeitos, mas são decisivas para sua identidade individual e de grupo*".<sup>22</sup> No final dos anos 1920, a força dessas formas de resistência, a criatividade e inventividade populares acabaram por demonstrar às autoridades a necessidade de novas formas de enfrentamento da questão que não a violência e a coerção.

Abolição Inclusa:  
aspectos da perseguição  
às religiões afro-  
descendentes no Recife  
dos 1920

Sylvia Costa Couceiro

Neste período, intelectuais brasileiros ligados a diversas tendências iniciam uma série de questionamentos buscando montar o quebra-cabeça que revelaria a identidade cultural do país. O medo da desintegração política e territorial, em virtude da falta de um projeto renovador e unificador para o país, era um dos receios que povoavam a cabeça dos intelectuais e políticos da época, estando expresso nas falas e discursos, sobretudo entre os que discutiam e elaboravam projetos para a modernização do país.<sup>23</sup> Dessa forma, a jovem República necessitava de idéias novas, que respaldassem seu poder de uma forma diferente daquela que vigorara nos primeiros anos após a Proclamação, quando os grupos dominantes, inspirados e *"imbuídos dos valores e ideais burgueses europeus, achavam-se no direito de (e pretendiam) representar toda a nação, identificando-a com os povos cultos e civilizados."*<sup>24</sup> Polêmicas e dúvidas como: *"A busca de um caminho próprio, do lugar do Brasil na modernidade que garantisse sua autonomia histórica e cultural, a maneira como o passado colonial poderia ser repensado e resgatado, as idéias de povo e nação, convivências e confrontos de tradições e de registros culturais africanos, europeus, indígenas"*,<sup>25</sup> mobilizaram a intelectualidade do país na época.

Essas novas formas de explicação do país aparecerão nos anos 1930, respaldadas por novas interpretações da cultura e identidade nacional, formuladas, sobretudo por Gilberto Freyre, que transformaram o mestiço e o processo de sincretismo cultural em ícones na construção de um novo modelo de sociedade multirracial. Desse modo, invertia-se o antigo pessimismo, tomando a miscigenação e o *"cadinho de raças"* como processos positivos, criando a representação de um país tolerante, de convivência harmônica entre as etnias formadoras, ocultando a exclusão e as desigualdades sociais vigentes na época.

Nessa fase, várias mudanças de conduta na ação da polícia e demais órgãos de repressão e novas estratégias de dominação foram empregadas por instituições responsáveis pela ordem na cidade, no sentido de tentar controlar uma série de comportamentos cotidianos das camadas populares, incluindo-se os cultos afro-brasileiros. Aliado a isso, a noção de que as formas de resistência e as táticas populares empregadas para contornar o uso da força e a violência por parte dos policiais estavam conseguindo manter inalterados certos hábitos considerados inadequados e/ou criminosos, levaram as camadas privilegiadas a uma revisão de suas formas de atuação. A modificação de conduta quanto às formas que deveriam ser usadas para controlar tais comportamentos, passando da violência e repressão direta ao controle a partir de outros mecanismos, como a fiscalização médica, o conhecimento das práticas por estudiosos e intelectuais, dentre outros, mostram-nos o poder e a força de resistência que as manifestações populares tinham diante de certos mecanismos empregados para abolir ou dominar seus costumes e práticas culturais.

Assim, a perseguição policial e a violência ostensiva dos anos vinte foram aos poucos sendo substituídas por novas formas de controle. Essas novas formas pressupunham reformas na organização do aparelho policial e a criação de novos órgãos que tornassem mais eficiente o trabalho de manutenção da ordem e moralidade na cidade.

Em março de 1927, a partir da criação da Escola Policial, na gestão do Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão, começou a formar-se o que se denominou de uma *"polícia de carreira"*, antiga aspiração dos governos passados. Em mensagem de 1928 ao Congresso Legislativo, o governador Estácio Coimbra realçava que a instituição era *"destinada ao preparo técnico e profissional dos guardas civis e investigadores"*. Além da *Escola Policial*, o Chefe de

Abolição Inclusa:  
aspectos da perseguição  
às religiões afro-  
descendentes no Recife  
dos 1920

Sylvia Costa Couceiro

Polícia criou também, em 1927, o Arquivo *Policial Criminal*. De acordo com o relatório do governador, o órgão constituía-se em um “perfeito cadastro para registro dos delitos e contravenções e de seus autores, organizando por meio de fichas cuidadosamente colecionadas e guardadas em arquivos metálicos para tal fim adquiridos”.<sup>26</sup>

Os novos órgãos criados estavam também ligados à *Repartição Central de Polícia*, ao *Gabinete de Identificação e Estatística Criminal*, fundado em 1911, que contava com um “*atelier fotográfico*”, e ao *Instituto de Medicina Legal*, demonstrando a preocupação em especializar a instituição, dotando-a de aparelhamento e técnicas modernas, além de procedimentos científicos que garantissem a credibilidade do trabalho realizado. As medidas de Souza Leão estenderam-se também aos espaços públicos: policiamento mais efetivo das ruas, organização de maior número de patrulhas e intensificação da vigilância, no sentido de obter um maior controle sobre a população, uma vez que, como já destacamos, o uso da força e da violência não estava conseguindo os resultados esperados.

A percepção da força que os cultos afro-brasileiros exerciam sobre a população, do sucesso das estratégias usadas pela população para escapar às conformações impostas pela lei, da pouca eficiência da violência enquanto única forma de controle da situação, além da construção de novas teorias sobre uma identidade nacional mestiça, foram razões que estimularam mudanças no trato com as práticas culturais afro-descendentes. Educação, inspeções médicas, estudos científicos para o conhecimento das práticas rituais fizeram parte das novas formas de ação usadas para fiscalizar e monitorar esses cultos, conforme podemos perceber no depoimento a seguir:

“Dessa maneira só um trabalho continuo e persistente de educação poderá fazer

desaparecer [a feitiçaria médica praticada nos xangôs], que a violência policial jamais consegui reprimir.”<sup>27</sup>

Assim, no início dos anos trinta, as chamadas casa de “catimbau” passaram a ser vistas não só como um caso de polícia, de responsabilidade apenas da Secretaria de Segurança Pública, mas também como um alvo do controle do “*Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*”, instituição dirigida na época pelo médico Ulysses Pernambucano. A partir dessa fase, as casas de culto receberiam a permissão para funcionarem legalmente, necessitando, para isso, de um parecer do *Serviço de Higiene* e de licença expedida pela polícia. Tornando-se objeto de estudo por parte de intelectuais da época, como Gilberto Freyre, René Ribeiro e o próprio Ulysses Pernambucano, os cultos de origem africana começaram a ter seus rituais e práticas sagradas desvendados e explicados aos olhos da ciência, sendo controlados pelos saberes médicos e outras ciências sociais. Os estudiosos passaram a entrar nos lugares reservados aos iniciados, estudar os detalhes dos ritos, observar as danças, descrever os estados de transe, copiar cânticos, decifrar palavras em dialetos africanos, reproduzir toques, enfim, a partir da decodificação das práticas tentava-se controlar as antes misteriosas e temidas religiões dos afro-descendentes.<sup>28</sup> No final dos anos 30, Gonçalves Fernandes diria com relação ao trabalho realizado pela instituição dirigida por Ulysses Pernambucano:

“O serviço de Higiene Mental de Pernambuco investigando as religiões chamadas inferiores, no Recife, acompanhando de perto as suas práticas e atividades, tem em mãos o seu controle para qualquer intervenção profilática necessária.”<sup>29</sup>

Como enfatizou Lilia Schwarcz, quando a partir dos anos 1930 inicia-se o processo

de transformação do mestiço em símbolo da cultura brasileira, várias das práticas culturais ligadas aos afro-descendentes que décadas antes haviam sido proibidas e perseguidas pelas autoridades, como o samba, a feijoada, a capoeira, e as religiões afro-brasileiras, passam a constituir-se em emblemas da autêntica identidade nacional.

Enquanto atualmente as autoridades e a mídia vendem com sucesso para o exterior um pacote cultural "made in Brazil", recheado de imagens de uma cultura mestiça pitoresca e exótica, pretensamente construída de forma harmônica, internamente continuam a vigorar uma forma de discriminação silenciosa e uma exclusão social que se ocultam por trás de uma suposta garantia da universalidade e igualdade das leis.

Se continuarmos a nos enxergar apenas como fruto da fusão de raças, religiões e costumes sem admitirmos as imensas distorções sociais vigentes no país e, conforme ressalta Schwarcz, não passarmos da simples denúncia sobre as fragilidades do mito da democracia racial para a compreensão da força que essa construção ainda hoje exerce e o que ela revela sobre nós, não estaremos avançando no sentido de concluir a abolição da escravidão. Dessa forma, continuaremos a ratificar década após década a frase premonitória de Joaquim Nabuco, escrita apenas 10 anos após a Abolição: "A escravidão permanecerá por muito tempo como característica nacional do Brasil".

Abolição Inclusa:  
aspectos da perseguição  
às religiões afro-  
descendentes no Recife  
dos 1920

Sylvia Costa Couceiro

- <sup>1</sup> Para a descrição das festas da Abolição ocorridas no Recife utilizei como fonte os extensos artigos publicados nos principais jornais da cidade – Diário de Pernambuco, Jornal do Recife, A Província – além dos comentários dos jornais abolicionistas e opúsculos comemorativos. Fonte: Setor de Microfilmagem da Fundaj.
- <sup>2</sup> COUCEIRO, Sylvia Costa. Os desafios da história cultural. In: Cultura e identidade: perspectivas multidisciplinares. Joaílido Burity (org.) Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 11.
- <sup>3</sup> OZOUF, Mona. A Festa. In: Historia - Novos Objetos. LE GOFF, J. e NORA, Pierre. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.217.
- <sup>4</sup> DUBY, Georges Ano 1000 Ano 2000 na pista dos nossos medos. São Paulo: UNESP, 1998, p.09.
- <sup>5</sup> Diário de Pernambuco, 19/05/1888.
- <sup>6</sup> Jornal A Província 19/05/1888.
- <sup>7</sup> COSTA, Emília Viotti da. A Abolição. São Paulo: Global, 1982, p. 93.
- <sup>8</sup> GONÇALVES, Fernandes. Xangôs do Nordeste. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937, p. 65.
- <sup>9</sup> Revista A Pílhéria, 17/10/1925, nº 212. Grifo meu.
- <sup>10</sup> Ver a introdução de GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- <sup>11</sup> Jornal do Recife, 24/02/1928, p. 6.
- <sup>12</sup> GONÇALVES, Fernandes. Xangôs do Nordeste. Op. cit. p. 65.
- <sup>13</sup> FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1977. p. 508.
- <sup>14</sup> GONÇALVES Fernandes. Xangôs do Nordeste. Op. cit. p. 7.
- <sup>15</sup> Essas expressões foram retiradas de notícias diversas, publicadas na Coluna Notas e Factos, sessão policial do Jornal do Recife nos anos de 1922, 1924 e 1928, que relatam as batidas policiais e prisões de chefes dos rituais e adeptos nas casas de culto de origem africana.
- <sup>16</sup> Diário da Tarde, 01/09/1933. In: GONÇALVES Fernandes, op. cit p. 12.
- <sup>17</sup> Jornal do Recife, 11/04/1922, p. 2.
- <sup>18</sup> Jornal do Recife, 22/10/1924, p. 05.
- <sup>19</sup> Jornal da Tarde, 12/04/1934. In: GONÇALVES Fernandes. , op. cit p. 14-15.
- <sup>20</sup> Gonçalves Fernandes, op. cit p.14.
- <sup>21</sup> Ver CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- <sup>22</sup> Certeau, Michel de. A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 347. Para detalhes sobre o conceito de práticas culturais empregado por Certeau, ver também, Certeau, Michel de. A invenção do cotidiano 1: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- <sup>23</sup> Os conflitos quanto aos projetos políticos de diferentes tendências que marcaram as primeiras décadas do regime republicano no Brasil estão discutidos na obra de CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- <sup>24</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996, p. 386.
- <sup>25</sup> Rezende, Antônio Paulo. (Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987.
- <sup>26</sup> Mensagem do Governador ao Congresso Legislativo do Estado, 17/06/1928
- <sup>27</sup> Gonçalves Fernandes. Xangôs do Nordeste, op. cit p. 118.
- <sup>28</sup> Para maiores detalhes sobre o estudo das religiões e costumes de origem africana nas no Brasil, ver as obras de Arthur Ramos, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Manoel Querino, Edison Carneiro, Ulysses Pernambucano, dentre outros.
- <sup>29</sup> Gonçalves Fernandes. Xangôs do Nordeste, op. cit p. 119.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COSTA, Emília Viotti da. A Abolição. São Paulo: Global, 1982.

COUCEIRO, Sylvia Costa. Os desafios da história cultural. In: Cultura e identidade: perspectivas multidisciplinares. Joaílido Burity (org.) Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DUBY, Georges Ano 1000 Ano 2000 na pista dos nossos medos. São Paulo: UNESP, 1998.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1977.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GONÇALVESFERNANDES. Xangôs do Nordeste. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

OZOUF, Mona. A Festa. In: Historia - Novos Objetos. LE GOFF, J. e NORA, Pierre. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

REZENDE, Antônio Paulo. (Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987.

## Periódicos e documentos citados

Diário de Pernambuco.

Jornal A Província.

Jornal do Recife.

Diário da Tarde.

Revista A Pihéria.

Mensagem do Governador ao Congresso Legislativo do Estado, 17/06/1928.

Abolição Inclusa:  
aspectos da perseguição  
às religiões afro-  
descendentes no Recife  
dos 1920

Sylvia Costa Couceiro

